

Senado aprova projeto popular contra a corrupção eleitoral

Encaminhada à sanção do presidente da República, proposta prevê a perda do registro eleitoral e até do mandato nos casos em que o candidato ofereça bem, emprego ou vantagem em troca de votos

A oferta de bem, emprego ou vantagem em troca de votos pode resultar na perda do registro eleitoral do candidato e até de seu mandato. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pelo plenário do Senado e enca-

minhado à sanção do presidente da República. Vários senadores debateram a proposta, a primeira de iniciativa popular (com mais de um milhão de assinaturas) aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacio-

nal. Se forem sancionadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, as novas regras deverão ser aplicáveis já nas eleições municipais de outubro de 2000.

PÁGINA 3



Na presidência da sessão, o senador Antonio Carlos Magalhães anunciou o acordo das lideranças partidárias

Deputado do PMDB será relator do Plano Plurianual

As lideranças partidárias da Câmara e do Senado chegaram a um acordo sobre a relatoria do Plano Plurianual (PPA), anunciado ontem pelo presidente do

Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães. O relator será um deputado do PMDB, a ser designado pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho.

PÁGINA 5

CCJ DISCUTE REGULAMENTAÇÃO DE TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO

PÁGINA 2

Enviado à Câmara limite ao serviço 0900

PÁGINA 4



Paul Singer fala na comissão. Na mesa, o deputado Roberto Brant, o senador Maguito Vilela e o economista Rodolfo Hoffmann

Economista aponta surgimento de "novos pobres" com a recessão

O economista Paul Singer, um dos depoentes de ontem na Comissão de Erradicação da Pobreza, disse que grande parte dos pobres brasileiros herdou essas mesmas condições adversas de seus pais, avós e bisavós. Outra parcela, a dos "novos pobres", é produto das sucessivas recessões sofridas pelo país desde a década de 70.

PÁGINA 6



Para Eduardo Siqueira Campos, elites cometem "erro histórico" ao não ocuparem a região

Eduardo cobra propostas de ocupação racional da Amazônia

Preocupado com a situação da Amazônia, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) cobrou propostas e uma agenda positiva para a região. Para ele, as questões de soberania e desenvolvimento da Amazônia não podem parar nas denúncias.

O senador disse que enquanto o país mendiga recursos, importando matérias-primas, alimentos e manufaturados, quase não investe para transformar em riqueza os imensos recursos que estão depositados na Amazônia e dos quais todo o mundo precisa. Eduardo comparou a riqueza desses recursos com o petróleo árabe, enfatizando que o país precisa tomar conhecimento do que possui e de um projeto definido a par-

tir dessa riqueza.

Ele afirmou não aceitar o argumento de que o país não dispõe de recursos para essa tarefa. Não é aceitável, segundo ele, que um Estado gaste tanto para saldar compromissos externos e socorrer instituições financeiras e não seja capaz de gerar os recursos necessários para explorar as potencialidades econômicas do país.

— É um erro de perspectiva, é um erro estratégico que está cegando o país a não-ocupação produtiva, racional e sustentável da Amazônia, como aliás de todo o Centro-Oeste do país. Este é um erro histórico, pelo qual as elites atuais terão de responder às gerações futuras — afirmou.

Projeto de Luiz Estevão obriga órgão público a reter ISS

Projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) determina que, quando o contrato envolver prestação de serviços à administração pública, o responsável pelo pagamento deverá efetuar a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) incidente na prestação, bem como seu recolhimento, no prazo de três dias úteis, à Fazenda Pública interessada. A proposta, que altera a Lei 8.666, de 1993, tem por objetivo garantir o integral recolhimento do ISS aos cofres públicos municipais quando da prestação de serviços a estes órgãos.

Na justificativa da proposta, Estevão afirma que se trata de uma norma moralizadora que evitará a sonegação do imposto e que trará mais comodidade tanto para a administração como para o contribuinte, com a retenção do imposto na fonte pagadora.

— A medida proposta é bastante simples, em nada dificultando os procedimentos administrativos referentes ao



A medida proposta, afirma Luiz Estevão, é "simples" e contribuirá para evitar a sonegação fiscal

processo licitatório, e já virá tardiamente, pois não se pode admitir, em hipótese alguma, que o ISS incidente sobre serviços prestados ao Estado ou a entidades paraestatais deixe de ser integralmente recolhido — argumentou o senador.

CCJ debate regras para técnicas de reprodução

Projeto em discussão proíbe a implantação artificial de embriões sempre que houver grave risco de saúde para mulher ou para a criança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje, a partir das 10h, audiência pública para debater e aperfeiçoar o projeto de lei que regulamenta o uso de técnicas de reprodução humana assistida. O projeto é de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e tem como relator Roberto Requião (PMDB-PR). Foram convidados para o debate professores universitários das áreas científica e legal, médicos especialistas, advogados, promotores e religiosos.

O debate tem como objetivo esclarecer questões polêmicas abrangidas pelo projeto, como a destinação a ser dada aos embriões excedentes, que esbarra em opiniões divergentes — baseadas em critérios éticos, religiosos ou filosóficos — sobre o *status* existencial do embrião. "Alguns autores conside-



Roberto Requião foi encarregado de relatar o projeto apresentado pelo senador Lúcio Alcântara

ram que os embriões já são gente ou seres humanos em desenvolvimento, o que inviabilizaria o descarte, a doação para pesquisa e mesmo a criopreservação", explica Lúcio Alcân-

tara.

O projeto estabelece como técnicas de reprodução assistida "aquelas que importam na implantação artificial de gametas ou embriões humanos no aparelho reprodutor de mulheres receptoras com a finalidade de facilitar a procriação". A utilização dessa técnica, de acordo com o projeto, só será permitida com autorização do poder público, para auxiliar na resolução de casos de infertilidade e para prevenção e tratamento de doenças genéticas ou hereditárias.

O uso dessa técnica só será permitido se todos os demais tratamentos possíveis tiverem falhado, se a infertilidade não for decorrente de idade avançada e se o procedimento não trouxer grave risco de saúde para a mulher ou para a criança.

Assassinato de juiz e denúncias contra tribunal chocaram população, diz Wilson

O vice-presidente da CPI do Judiciário, senador Carlos Wilson (PPS-PE), afirmou ontem que, na visita feita nesta semana a Cuiabá, encontrou a população de Mato Grosso ainda em estado de choque diante das denúncias feitas contra o Tribunal de Justiça do estado e do assassinato do autor das acusações, o juiz Leopoldino Marques do Amaral. Ele acrescentou que os próprios senadores ficaram estarelecidos com alguns dos depoimentos colhidos.

— São de estarrecer o assassinato do juiz Leopoldino, e as denúncias, que não sabemos ainda se verdadeiras ou não, do envolvimento de membros do Tribunal em nepotismo e em vendas de sentenças. Com as informações que recolhemos, vamos traçar um roteiro para entrar o mais rapidamente possível nas investigações deste caso — disse Carlos Wilson.

Na opinião do senador por Pernambuco, a CPI está contribuindo para que o Poder Judiciário brasileiro possa voltar a ser "respeitado, transparente

e merecedor da confiança da população". Ele disse que as investigações são importantes porque evitam que haja dúvida quanto à honra dos magistrados ou que setores da Justiça permaneçam sob suspeita.

Carlos Wilson também observou que é norma da CPI sempre ter cuidado nas informações que divulga, para preservar as pessoas envolvidas em acusações. Ele comentou que esse procedimento vêm sendo mantido em todos os casos investigados até agora, e continuará a ser obedecido. "Vamos continuar agindo dessa mesma forma na apuração das denúncias contra membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso", completou.



Segundo Carlos Wilson, a CPI ajudará o Judiciário a voltar a ser respeitado

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: Audiência pública visando orientar o "PLS nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3"

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovado projeto que pune compra de votos

Proposta prevê a perda do registro eleitoral e até do mandato nos casos em que um candidato ofereça bem, emprego ou vantagem em troca de votos. O projeto veio da Câmara e já foi enviado para sanção presidencial

Projeto de lei que pune a compra de votos foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. Apresentado por meio de iniciativa popular coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a proposta prevê a perda do registro eleitoral, e até do mandato, nos casos em que um candidato ofereça bem, emprego ou vantagem em troca de votos. O projeto veio da Câmara, onde sofreu alterações, e foi encaminhado à sanção do presidente da República.

Em geral o projeto foi considerado um passo adiante num campo em que se verificam problemas complexos ligados ao uso do poder econômico. "Esse é um projeto pontual, mas muito importante", ressaltou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria.

Também a senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu com veemência a proposta. Ela acredita que, sendo um projeto de iniciativa popular (recebeu a adesão de um milhão de brasileiros), contará com a pressão da sociedade para ser cumprido, no momento em que se tornar lei. Para o senador Francelino Pereira (PFL-MG), o voto em troca de favores equivale a "um negócio de balcão".

O maior crítico do projeto é o senador Roberto Requião (PMDB-PR). Na

opinião dele, a proposta é "ruim" por não conter o abuso do poder econômico na realização de *shows* populares e na distribuição de bens disfarçados de brindes. "Na Comissão de Constituição e Justiça, votei a favor do projeto para não ser retaliado, mas aqui vou votar de acordo com a minha consciência", afirmou Requião.

A preocupação com as brechas abertas pelo projeto foi manifestada também por outros senadores, como Heloísa Helena (PT-AL), Artur da Távola (sem partido-RJ) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Este último chegou a apresentar emenda prevendo que perderiam igualmente o registro ou o mandato os candidatos que promovessem propaganda do tipo "boca-de-urna", considerada pelo senador como compra escandalosa de votos.

Antes da votação, porém, Valadares retirou a emenda, ficando de apresentá-la posteriormente na forma de projeto de lei. Atendeu assim a apelos do relator e dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS) para que a matéria fosse votada a tempo de vigorar nas eleições do ano que vem. Simon, entretanto, acredita que a questão do abuso do poder econômico só será resolvida quando as eleições forem financiadas com fundos públicos.



Alcântara acredita que um dos mais graves vícios do sistema eleitoral pode ser corrigido

(CNBB), que pune a compra de votos. O Senado enviou ontem a matéria para o Executivo.

O projeto altera três dispositivos da Lei Eleitoral aprovada em 1997, para dar à Justiça Eleitoral condições de

Regra pode valer na eleição de 2000

Nas eleições municipais, que serão realizadas em outubro do ano que vem, os candidatos a prefeito e vereador já deverão observar as limitações ao uso do poder econômico introduzidas pela lei aprovada ontem pelo Senado. Para isso, basta que o presidente Fernando Henrique Cardoso sancione até o final de setembro o projeto de lei, patrocinado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

coibir com mais eficácia o crime de compra de votos, conforme justificou a CNBB. O texto proíbe que o candidato doe, ofereça, prometa ou entregue ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, incluindo emprego ou função pública.

As vedações abrangem desde o dia do registro da candidatura até o dia da eleição. A pena prevista varia de mil a 50 mil Ufirs, podendo chegar até mesmo à cassação do registro ou do diploma.

O relator do projeto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), acredita que a alteração na legislação eleitoral contribua para reduzir a força do poder econômico no processo de escolha dos representantes.

— É um aperfeiçoamento da legislação, caminhando no sentido da moralização dos pleitos, ao dificultar a prática da chamada compra de votos, que é, sem dúvida, um dos mais graves vícios de nosso sistema eleitoral — acrescentou o senador.

Estados deverão ser compensados pelas perdas com o Fundef

O plenário do Senado aprovou ontem dois projetos de resolução que beneficiam os estados. O primeiro deles, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), autoriza os estados a contratarem empréstimos junto ao governo federal destinados a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O projeto de Lobão só recebeu uma modificação, proposta pelo relator, senador José Fogaça (PMDB-RS).

O outro projeto aprovado é o que autoriza o estado do Rio de Janeiro a refinanciar 95% da dívida a vencer neste ano, nos termos da Resolução nº 78, por meio da emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio (LFTREJ).

O plenário iniciou ainda a tramitação da proposta de emenda à Constituição que dá mais poderes às CPIs, de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM). O projeto de lei da Câmara que trata da gratuidade de transporte de idosos não foi votado: será examinado, antes, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Edison Lobão é autor do projeto aprovado ontem pelo plenário

Senado apreciou 13 matérias nesta semana

Um total de 13 matérias foi apreciado pelo plenário do Senado nesta semana (de 20 a 23 de setembro). Dessas, 11 foram aprovadas e duas enviadas ao arquivo. Entre os projetos aprovados e encaminhados à sanção presidencial, encontra-se o que determina a não-aplicação, aos crimes militares, da lei referente aos julgados especiais cíveis e criminais.

O presidente da República examinará outro projeto votado esta semana — o que revoga artigos da CLT relativos à punição dos empregados grevistas. Os senadores aprovaram, ainda, alterações no Código Eleitoral e de autorizações de refinanciamento da dívida do Rio de Janeiro e para contratação de operações de crédito visando compensar os estados por perdas de receita decorrentes do Fundef (veja matéria ao lado).

Nas comissões técnicas, o movimento foi grande nesta semana, inclusive com o comparecimento de dois governadores à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu parecer favorável a um projeto de iniciativa popular, com o objetivo de dificultar a compra de votos (o projeto acabou

sendo acolhido, também, pelo plenário — veja matéria acima).

Em caráter terminativo, passou na CCJ projeto determinando que serão julgadas pela lei civil ou comercial — e não mais pela Justiça do Trabalho — as questões referentes ao exercício da profissão de corretor de imóveis.

Já a CAS (Comissão de Assuntos Sociais) aprovou programa de distribuição de alimentos às famílias carentes (Proalimentar), entre outras matérias. Na Subcomissão de Rádio e TV, foi decidida a realização de debate sobre a Rede Pública de Televisão.

A Comissão de Educação (CE) deliberou realizar audiência pública sobre a possibilidade de extinção do Programa Especial de Treinamento (PET) de fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Comissão Mista Especial para Erradicação da Pobreza ouviu Ana Peliano e Sônia Rocha, técnicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e a secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Vanda Engel Aduan, falou para a subcomissão permanente sobre exploração do trabalho e prostituição infanto-juvenil.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1999 (nº 1.517/99, na Casa de origem). Altera dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

Resultado: Aprovado o projeto. À sanção.

2

Projeto de Resolução nº 94, de 1999 (Of. nº "S" 23/99). Comissão de Assuntos Econômicos. Autoriza, excepcionalmente, o governo do estado do Rio de Janeiro a refinanciar 95% (noventa e cinco por cento) da dívida vincenda, elevando temporariamente seus limites, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, para tanto emitindo Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFTREJ), visando ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1999, correspondente aos meses de outubro, novembro e dezembro.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1998 (nº 4.175/89, na Casa de origem). Dispõe sobre gratuidade de transporte de idosos.

Resultado: Lido e aprovado requerimento do senador Bernardo Cabral de audiência da CCJ. Aprovado o Requerimento nº 480, de 1999, de tramitação conjunta com o PLS 287/99. Os projetos passam a tramitar em conjunto e vão à CCJ e posteriormente à CAS.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 1999. Jefferson Péres e outros senadores. Altera a redação do § 3º do art. 58 da Constituição federal, para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito.

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em 1º turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 28.9.99, para o segundo dia de discussão, em 1º turno.

5

Projeto de Resolução nº 79, de 1999. Edison Lobão. Concede, excepcionalmente, autorização global aos estados para contratar operação de crédito junto ao governo federal, destinada a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, nos termos da Medida Provisória nº 1.861-15, de 29 de julho de 1999, e suas posteriores reedições.

Resultado: Aprovado o projeto. Fica excluída do projeto a expressão destacada: "sob pena de nulidade do ato". À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Matérias apreciadas pelo Senado

(de 20 a 23 de setembro de 1999)

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação	5
Indicações de diplomatas	3
Total de matérias aprovadas	11
Propostas enviadas ao Arquivo	2
Total de matérias apreciadas	13

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Proposta enviada à Câmara limita o serviço 0900

Para cobrar pelas ligações, que envolvem de consultas trabalhistas a tele-sexo, as companhias telefônicas deverão ter uma declaração por escrito do assinante. Outro projeto encaminhado aos deputados prevê estímulo a fontes alternativas de energia

Populações indígenas terão sistema de saúde

O presidente da República sancionou ontem lei determinando que a União deverá destinar recursos orçamentários para financiamento de um subsistema de atenção à saúde das populações indígenas, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Oriundo da Câmara dos Deputados, o projeto teve aprovação do Senado no dia 31 de agosto, e sua votação foi acompanhada por inúmeras lideranças indígenas, que vieram a Brasília para assistir à votação.

Conforme a nova lei, estados, municípios e instituições governamentais e não-governamentais poderão complementar o custeio e execução desse serviço. E a sua aplicação deverá considerar a realidade local e peculiaridades da cultura indígena, com uma abordagem que contemple não só a assistência à saúde, mas saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, educação sanitária e integração institucional.

Como o Sistema Único de Saúde, esse subsistema deverá ser descentralizado, hierarquizado e regionalizado. Serão feitas adaptações nas regiões onde residem as populações indígenas, a fim de propiciar essa integração e o atendimento em todos os níveis. Os índios deverão ter acesso aos serviços de saúde em âmbito local, regional e de centros especializados.

Fernando Henrique Cardoso sancionou também a lei que permite que a idade dos oficiais das forças armadas possa ser alterada ou retificada a qualquer época. Antes, não era possível processar esse tipo de mudança nos assentamentos militares consignados há mais de cinco anos. Com isso, se a incorreção tivesse resultado de um erro administrativo, que prejudicasse o interessado, era impossível fazer a correção.

Ao aprovar a lei, o Senado considerou que a data de nascimento do militar tem influência em institutos como a transferência para a reserva, a reforma e a antiguidade do oficial, além de interferir no preenchimento de cargos e desempenho de funções.

O Senado enviou nesta semana à Câmara dos Deputados projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que obriga as companhias telefônicas a só tornarem disponível o serviço 0900 se o dono do aparelho fizer um pedido por escrito.

Atualmente, o 0900 é aberto a qualquer telefone fixo e todas as ligações são pagas para cada minuto de serviço prestado, que vai de informações trabalhistas a consultas de cartomantes ou tele-sexo.

O projeto havia sido aprovado em caráter terminativo pela Comissão Serviços de Infra-Estrutura do Senado e, como nenhum senador pediu que ele fosse votado pelo plenário, foi remetido à apreciação dos deputados.

Segundo o autor do projeto, já se encontra disseminada na população a cultura do serviço 0900, "que exerce um certo fascínio sobre crianças, adolescentes e mesmo adultos pouco esclarecidos ou incautos". Por isso, são comuns as notícias de pais alarmados por contas telefônicas elevadas por causa do uso do sistema por crianças.

O Senado também remeteu à Câ-



Carlos Patrocínio diz que o país não pode depender só de hidrelétricas

mara, depois de aprovado de forma terminativa pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, projeto que determina ao governo que estabeleça diretrizes para programas alternativos de uso de energia. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), autor da proposta, pondera que o Brasil não pode depender quase unicamente das hidrelétricas, devendo usar ao máximo a energia proporcionada pelo gás natural, pelo sol e pelos ventos.

Outro projeto enviado à Câmara,

aprovado de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, foi o que cria o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas e seus respectivos conselhos regionais. De autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), a proposta prevê que o Conselho Federal e os conselhos regionais de Engenharia e Arquitetura suspendam toda cobrança de dívidas de técnicos agrícolas e, no prazo de três meses, repassem ao novo conselho todos os cadastros mantidos em seus arquivos.

Regime democrático será condição oficial para participação no Mercosul

A exigência de plena vigência do regime democrático para a participação dos países no Mercosul deverá estar prevista, em breve, em um diploma legal. Foi aprovado ontem, na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, relatório do deputado Luiz Mainardi (PT-RS), lido pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), favorável ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. O protocolo, que reconhece caráter jurídico ao compromisso democrático, será agora examinado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

Em seu relatório, Mainardi lembra que a democracia é um tema recorrente nas reuniões do Conselho do Mercado Comum. Desde 1992, a vigência da democracia é considerada condição indispensável à permanência no Mercosul, mas até então como compro-

misso meramente declaratório. Com o protocolo de Ushuaia, a defesa das instituições democráticas no Mercosul passa a ser norma de direito positivo, informa o relator.

O Estado-membro ou sócio que não atender à exigência fica sujeito a medidas punitivas que vão desde a proibição de participar do processo decisório dos órgãos do Mercosul até a suspensão de todos os direitos e obrigações inerentes à condição de Estado-parte ou associado. As medidas punitivas devem ser suspensas assim que se verifique o restabelecimento do regime democrático no Estado descumprido do compromisso.

A comissão aprovou ainda relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP), lido pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), favorável ao texto do Protocolo Adicional ao Tratado de

Amizade, Cooperação e Comércio sobre Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o Brasil e o Uruguai. O objetivo desse protocolo é oferecer cobertura jurídica internacional ao desempenho dos empresários de ambos os países em suas atividades profissionais.

O terceiro relatório aprovado foi do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) e é favorável ao texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul. O acordo, segundo o deputado, é compatível com a legislação brasileira e aborda a arbitragem, vertente mais moderna do Direito Comercial Internacional, segundo Marchezan. A Comissão Conjunta é presidida pelo deputado Júlio Redecker (PPB-RS).

A exemplo do Protocolo de Ushuaia, o Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul será enviado à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara. Já o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade tramitará primeiro no Senado.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em março de 1991. Os países-membros são Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Chile e Bolívia juntaram-se ao grupo em 1996 e 1997, respectivamente, como sócios.

Luzia Toledo quer seções eleitorais para idosos

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) apresentou projeto que determina a instalação, nos locais de votação, de seções eleitorais especiais destinadas ao voto dos eleitores com mais de 65 anos, portadores de deficiência física e mulheres grávidas. A matéria, em caráter terminativo, foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta da senadora pelo Espírito Santo estabelece, ainda, que essas seções eleitorais deverão estar instaladas em locais de fácil acesso, sem escadas e com cadeiras de espera. A cada eleição, deverá haver cadastramento para identificar o número de eleitores nessa situação.

Segundo Luzia Toledo, a iniciativa tem por finalidade exigir das autoridades uma postura direcionada a proteger cidadãos fragilizados, "seja por razão de saúde, idade ou pobreza".

— No caso em questão torna-se importante a adoção, por parte do Estado, de medidas que visem facilitar o acesso de idosos e dos deficientes físicos aos locais de votação — afirmou.

A parlamentar disse ter acrescentado na proteção as mulheres grávidas, por ser sempre presumível que estas necessitem de maior conforto, sobretudo aquelas que passam por gravidez complicada e difícil.

— Estamos certos de que a aprovação da medida representará grande contribuição para o fortalecimento do regime democrático, aperfeiçoando nossa legislação eleitoral, para melhor afiná-la com os preceitos magnos relativos aos direitos fundamentais — concluiu.



Luzia pretende proteger também as grávidas e os deficientes físicos

PPA terá como relator um deputado do PMDB

Caberá ao presidente da Comissão de Orçamento designar nome indicado pelas lideranças do partido. Senador Antonio Carlos diz que Congresso empenhou-se em buscar entendimento para divergências políticas

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, anunciou, na sessão conjunta de ontem, a decisão unânime das lideranças partidárias da Câmara e do Senado de indicar um deputado do PMDB para a relatoria do Plano Plurianual (PPA). Caberá ao presidente da Comissão Mista do Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) designar o nome apontado pelos líderes do PMDB na Câmara, deputado Geddel Lima (BA), e no Senado, Jader Barbalho (PA).

Para Antonio Carlos, foi uma solução política para uma divergência regimental:

— Não foi a primeira vez, nem será a última, que uma solução política su-

pera impasses regimentais no Congresso. O adiamento da sessão de ontem (*quarta-feira*) para hoje (*ontem*) propiciou que se encontrasse uma saída, boa para o Legislativo e para o país — comentou.

Na avaliação do presidente do Congresso, “erros foram cometidos pelo presidente do PMDB (*Jader*) e pelo presidente do Senado (*ele próprio*)”, mas eles terminaram superados pelo entendimento. Antonio Carlos saudou o entendimento entre as duas Casas:

— O Congresso está de parabéns, bem como todas as lideranças partidárias que muito se empenharam para que as divergências políticas fossem substituídas pelo entendimento político — salientou.

Antonio Carlos ressaltou que o consenso somente foi possível em função do desprendimento de Jader Barbalho. “Qualidades nunca lhe faltaram para exercer a relatoria do PPA, mas foi seu espírito público que possibilitou às lideranças políticas a busca do melhor caminho. O PPA, assim como o orçamento, são peças indispensáveis para o êxito do governo. Agora cabe ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), e a todos nós, a união que possibilitará um bom trabalho.”



Ladeados por José Roberto Arruda e Hugo Napoleão, os senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães trocam um abraço após o anúncio da decisão

Para Jader, Congresso saiu fortalecido

“Houve um episódio de divergência que é próprio do Congresso.” Assim o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) classificou a disputa pela relatoria do Plano Plurianual (PPA), que colocou em campos políticos opostos o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, e ele próprio.

Para Jader, foi um privilégio ter participado de um diálogo tão intenso entre as lideranças partidárias da Câmara e do Senado que terminou em entendimento. “Festejo a divergência como um mecanismo para festejar a convergência que se seguiu, proporcionando uma solução que devemos oferecer ao país.”

Jader Barbalho ressaltou nunca ter tido diferenças pessoais com Antonio Carlos. “Como adversários políticos que somos, nunca faltou respeito entre nós. Reconheço nele uma das lideranças

mais expressivas do país, podendo ostentar uma das mais longas e brilhantes carreiras políticas no Congresso Nacional”, observou.

O senador pelo Pará afirmou que muitas vezes ouviu falar de possíveis semelhanças entre ele e Antonio Carlos. “Se sou parecido com Antonio Carlos Magalhães, só se for nos defeitos”, concluiu Jader Barbalho.

Além de abrir mão da relatoria do PPA, Jader anunciou que estava deixando a Comissão de Orçamento, e indicou o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) para sua vaga:

— Não era uma causa pessoal, eu estava agindo como líder do PMDB. Estou satisfeito com a decisão que foi tomada. Cumpri meu papel e houve compreensão das lideranças — afirmou, depois de elogiar também o presidente da CMO, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Durante a curta sessão do Congresso de ontem — pouco menos de uma hora — discursaram ainda o líder do governo no Congresso, deputado Artur Virgílio (PSDB-AM), e o deputado José Genoíno (PT-SP) representando os partidos de oposição.

Para Virgílio, não houve vencedores nem vencedores no episódio. “Da disputa e da negociação surgiu a síntese. Esse foi o melhor mérito da solução encontrada pelas lideranças partidárias.” Já Genoíno ressaltou o reforço do prestígio da Comissão Mista de Orçamento e das lideranças partidárias. “Não dá para ter no Congresso o predomínio desse ou daquele partido. A posição do PT é pela democratização da Comissão de Orçamento, das sub-relatorias do PPA e do orçamento, dentro dos critérios de rodízio e proporcionalidade partidária.”

Napoleão exalta “decisão democrática” de ACM

Em discurso sobre sua questão de ordem a respeito do PPA, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) ressaltou a importância da “decisão democrática do presidente Antonio Carlos Magalhães” de não deliberar de imediato sobre sua questão de ordem, na sessão de quarta-feira à noite, adiando a continuação da sessão do Congresso para ontem:

— Ao suspender a sessão, ele propiciou a realização de uma reunião de líderes pela manhã, que pôde obter um consenso de todos os partidos políticos representados no Congresso, designando um deputado do PMDB para a relatoria do PPA — afirmou.

Hugo Napoleão destacou o “desprendimento e a grandeza” do presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA) que abriu mão de sua designação como relator do PPA, para que houvesse um consenso entre todos os líderes:

— Da mesma forma, os líderes do PSDB, deputado Aécio Neves (MG) e senador

Sérgio Machado (CE), cederam e aceitaram a designação de um deputado do PMDB, quando a primeira reunião de lideranças havia decidido que o cargo caberia ao PSDB. Diante desses gestos, também o PFL aceitou a solução — disse.

Napoleão informou ao plenário que havia recebido duas sugestões sobre o destino de sua questão de ordem apresentada na sessão anterior do Congresso: retirar a questão ou considerá-la prejudicada. “Preferi deixar a decisão para o presidente Antonio Carlos Magalhães.”

Para Hugo Napoleão, todos colaboraram para haver uma convergência. “O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), trabalhou bastante, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), teve uma atitude positiva e aceitou designar outro relator para o PPA. Foi uma vitória de todos e, principalmente, do Congresso”, disse.

Requerimento abriu caminho para acordo

A indicação de deputado do PMDB para relator do PPA foi tomada por consenso numa reunião entre os líderes partidários e integrantes da Comissão Mista de Orçamento.

O senador Gilberto Mestrinho abriu a reunião oficial da Comissão de Orçamento e o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) apresentou um requerimento solicitando a suspensão da reunião para que os líderes pudessem decidir sobre a relatoria.

Aceito o requerimento, cerca de 30 pessoas passaram para uma sala ao lado, onde discutiram durante duas horas e decidiram que o cargo de relator do PPA deverá ser de um deputado do PMDB.

Quanto ao nome do deputado, o líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno (SP), disse que será indicado pelas lideranças do PMDB, com o consenso dos membros da comissão e, posteriormente, designado por Gilberto Mestrinho.

Ao apresentar seu requerimento, o se-



Membros da CMO e líderes partidários fecharam acordo na reunião de ontem

nador Eduardo Siqueira Campos disse que o PPA “despertou grandes debates com repercussão nacional”. Ele concordou com as ponderações feitas pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de que a relatoria deveria ficar com um deputado, já que a Comissão de Orçamento está sendo presidida por um senador.

Eduardo elogiou também o procedimento do líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), que buscou soluções no

Regimento. E disse que estava de acordo com os senadores Gilberto Mestrinho e Jader Barbalho, quando estes disseram que o impasse sobre o PPA deveria ser resolvido dentro da comissão.

Depois de anunciar a decisão sobre a relatoria do PPA, o senador Gilberto Mestrinho informou que a Comissão Mista de Orçamento se reunirá na próxima terça-feira, às 18h, quando receberá o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares

Mestrinho: orçamento e plano serão votados até dezembro

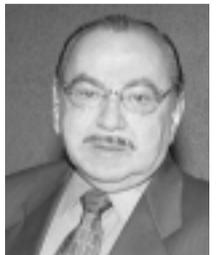
O presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), exaltou a solução para o impasse e disse que o PPA e o orçamento para o ano 2000 deverão ser votados normalmente até o dia 15 de dezembro.

Mestrinho elogiou o presidente do PMDB e líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA), pelo fato de este ter aberto mão do cargo de relator:

— Ao colocar o cargo de relator do PPA à disposição do colégio de líderes, o senador Jader Barbalho teve um gesto de desprendimento e um sentimento de responsabilidade. Ele sempre mostrou interesse em que os assuntos da Comissão de Orçamento pudessem

transcorrer num clima de trabalho democrático e de normalidade.

O senador também elogiou o comportamento das lideranças partidárias. Ele destacou a importância de o impasse ter sido resolvido dentro da própria comissão e parabenizou a todos pelo desfecho dessa questão. “Na reunião, não discutimos questões regimentais mas o interesse nacional”, disse.



Mestrinho: na reunião, ganhou o interesse nacional

Economista mostra que concentração de renda é problema grave no país

Segundo última pesquisa, brasileiros com renda mensal superior a R\$ 1.200 estão entre os 10% mais ricos da população nacional economicamente ativa e dispõem de 47,2% da renda total

Em exposição feita ontem à tarde na Comissão de Erradicação da Pobreza, o economista Rodolfo Hoffmann, da Universidade de Campinas, afirmou que os brasileiros com renda mensal superior a R\$ 1.200 estão entre os 10% mais ricos da população nacional economicamente ativa e dispõem de 47,2% da renda total. Os dados primários analisados por Hoffmann são da Pesquisa Nacional por



Amostra de Domicílios (PNAD) de 1997, realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A partir dessa fonte, o pesquisador mostrou que, em 1997, a renda média mensal de 61 milhões de pessoas economicamente ativas e com rendimentos positivos foi de R\$ 545, sendo que 50% desse total auferiam apenas R\$ 273. Apenas 1% somou rendimentos superiores a R\$ 4.500.

Rodolfo Hoffmann enfatizou, no entanto, que os dados do PNAD têm várias limitações e devem ser corrigidos em percentuais que variam de 50 a 80%, "porque a renda declarada é sempre substancialmente menor e, quanto mais rico, maior a subdeclaração da renda". Um indicador da necessidade de correção dos dados do PNAD estaria, ainda, no fato de os totais de rendimentos se-



Hoffmann (de pé) destacou também que 61 milhões de brasileiros sobrevivem com uma renda familiar média inferior a R\$ 533

rem muito inferiores aos totais dos valores de produção registrados nas contas nacionais.

Outro indicador destacado por Hoffmann foi o da renda média familiar *per capita*, no valor de R\$ 243,7 em 1997. Noventa por cento dos mesmos 61 milhões de brasileiros tinham então uma renda média *per capita* mensal inferior a R\$ 533. A desigualdade na distribuição da renda é bastante semelhante num ou outro indicador, revelando grande concentração em contingentes restritos de pessoas, enfatizou, mesmo com as restrições que caracterizam a base de dados do IBGE.

Debate aprofunda análise de programas específicos

Em debate com o economista Paul Singer, os parlamentares da Comissão da Pobreza dividiram-se entre preocupações macroeconômicas e o interesse de aprofundar a análise de programas específicos de combate à pobreza. Um destes, de erradicação do trabalho infantil nas áreas de economia canavieira, coordenado por Vanda Engel, secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, será objeto de audiência pública em data a ser marcada pelo presidente da comissão, senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Requerimento propondo que Vanda Engel colabore com os parlamentares foi apresentado pelo relator, deputado Roberto Brant (PFL-MG), e aprovado ontem pelo plenário.

O relator considerou que, com as audiências já realizadas, a comissão teve acesso a vários critérios de medição da pobreza e, para efeitos legislativos, deverá adotar um deles. Brant concordou com Paul Singer quanto à necessidade de garantir uma redistribuição dos três pré-requisitos destacados pelo economista e defendeu a "universalização do instrumento co-

nhecido como bolsa-escola".

Eduardo Suplicy (PT-SP) quis identificar quem se beneficia com o pagamento de R\$ 50,1 bilhões feito pelo governo em 1999 a título de juros e encargos. Segundo Paul Singer, não há estatísticas para assegurar uma identificação adequada, mas, no Brasil, a riqueza é ainda mais concentrada que a renda: ganha proporcionalmente mais quanto mais riqueza financeira já tenha, resumiu.

Debatendo com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre os sucessivos planos econômicos das décadas recentes, o economista admitiu que errou ao avaliar, de início, que o real não daria certo como os planos de estabilização anteriores e afirmou que há dados demonstrando que, nos anos de 95 e 96, 12 milhões de brasileiros tiveram efetivo aumento de renda. A partir de 97, número aproximadamente igual de brasileiros foi jogado na pobreza pela recessão, desindustrialização, abertura do mercado às importações e desemprego.

Os senadores Djalma Bessa (PFL-BA) e Agnelo Alves (PMDB-RN) também debateram com Paul Singer.

Rocha sugere que presos trabalhem em regime de CLT

Com exceção dos condenados de grande e comprovada periculosidade, os presos poderão ser beneficiados com a obrigatoriedade de sujeitar à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a jornada de trabalho que cumprirem dentro ou fora da penitenciária. A proposta é do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), através de projeto de lei encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.



Sebastião Rocha

Segundo Rocha, a obrigatoriedade do trabalho para os condenados, dentro das regras da CLT, lhes assegura e reconhece direitos sociais já alcançados, eliminando o caráter de castigo inserido no esquema punitivo, que lhes subtrai o direito de reinserção social e o benefício previdenciário concedido por leis cujos benefícios são extensivos aos seus dependentes. Além disso, assinala o senador, a sentença condenatória não retira dos presos a sua capacidade civil e o direito ao trabalho.

— Negar as garantias ao trabalhador preso não resiste a qualquer argumento, tendo em vista que o princípio da igualdade de direitos deve presidir a relação empregatícia, em que a exploração da mão-de-obra é caracterizada pela habitualidade, subordinação, produtividade e resultado, contornos típicos da atividade capitalista — explicou Sebastião Rocha.

Projeto de Luzia propõe melhoria de abrigos para idosos

A melhoria da qualidade de vida dos idosos nos asilos e, principalmente, nos hospitais públicos é o tema da entrevista com a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30, na TV Senado.

A senadora apresentou um projeto que garante ao idoso o direito a um acompanhante sempre que precisar ser internado num hospital público. A apresentação do projeto coincide com as comemorações do Ano Internacional do Idoso, e do Dia Nacional do Idoso, na próxima segunda-feira.

Luzia também fala sobre outro projeto de sua autoria, que acrescenta ao artigo 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações a obrigatoriedade das emissoras de TV divulgarem ao longo da programação fotos de pessoas desaparecidas.

Hereditariedade e recessão são maiores causas da pobreza

Grande parte dos pobres brasileiros herdaram essas mesmas condições de vida adversas de seus pais, avós e bisavós. Outra parcela, de "novos pobres", é produto das sucessivas recessões sofridas pelo país desde a década de 70. Estas são as duas principais causas dos índices de pobreza registrados pelo país, no entendimento do economista Paul Singer, da USP, que ontem participou de audiência pública promovida pela Comissão de Erradicação da Pobreza, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

A herança de condições de vida adversas remontariam ao século passado e às relações escravistas, daí o número de negros pobres ser significativamente superior ao de brancos pobres, disse o economista. Ser pobre, na definição de Paul Singer, é não ter acesso a nenhum dos três pré-requisitos seguintes: propriedade de meios de produção ou de riqueza financeira acumulada; qualificação profissional demandada pelo mercado; um emprego, mesmo que ele seja de baixa qualificação.

Combater a pobreza, por consequência, implica redistribuir esses três pré-requisitos. Em termos concretos, Paul Singer salientou a importância de programas típicos a um Estado de Bem-Estar Social, com suas "redes de segurança": educação e saúde uni-



Segundo Singer, herança de pobreza remontaria ao século passado e às relações escravistas

versais e gratuitas, salário mínimo e salário-desemprego.

Outros programas destacados pelo economista foram os de reforma agrária e os de cooperativas de consumo, de produção e de crédito. No caso brasileiro, com desigualdade na distribuição da renda só comparável à da África do Sul, Paul Singer disse ser favorável à criação de uma renda cidadã, de natureza universal. Os custos para garantir programas focalizados diretamente nos pobres seriam tão altos que uma renda cidadã universal sairia mais barata, pois seria possível criar mecanismos através dos quais a renda concedida aos que dela não precisassem reverteria aos cofres públicos.

Subcomissão do Cinema inicia audiências públicas

Foi marcado para a próxima quinta-feira o primeiro depoimento, do secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés, que falará sobre a política pública para o setor cinematográfico

A Subcomissão do Cinema Brasileiro, instituída pela Comissão de Educação, realizará na próxima quinta-feira, às 9 horas, audiência pública com o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés. O convite ao secretário, que deverá falar sobre a política pública para o cinema, um dos oito temas a serem discutidos pela subcomissão, foi aprovado na reunião de ontem.

Por sugestão do senador Gerson Camata (PMDB-ES), aprovada pelo plenário, a partir da primeira semana de outubro as audiências públicas serão marcadas para as sextas-feiras, nos turnos da manhã e da tarde. Conforme o relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), serão realizadas seis audiências públicas até dezembro, quando se encerra o prazo de funcionamento da subcomissão.

— Nosso objetivo é esquentar as atividades. Para isso, faremos um trabalho concentrado nas sextas-feiras, quando teremos oito debatedores por dia, ou seja, um representante de cada blo-

co temático para debater — esclareceu.

Além da política pública para o cinema, a subcomissão irá debater também questões como formação profissional, produção, distribuição, exibição, preservação da memória, investimentos e legislação. O presidente da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS), sugeriu que sejam abordados ainda temas como propaganda, *marketing*, divulgação e comercialização.

Outro item da pauta da reunião era a indicação dos suplentes. José Fogaça comunicou que recebeu ofício do presidente da Comissão de Educação indicando para suplentes os senadores Agnelo Alves (RN), do PMDB; Maria do Carmo (SE) e Álvaro Dias (PR), do PSDB; Sebastião Rocha (AP), do PDT; e Leomar Quintanilha (TO), do PPB. Fogaça lembrou que os suplentes são importantes para ampliar o *quorum* das reuniões e registrou a substituição, pelo PSDB, de Teotônio Vilela Filho por Lúcio Alcântara, como titular.

Francelino destaca importância do debate

A importância do desenvolvimento do cinema brasileiro foi defendida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), ao abordar, em discurso, a crise no atual surto de crescimento do setor. O senador, que é relator da Subcomissão do Cinema da Comissão de Educação, disse, citando o cineasta Cacá Diegues, que o cinema “funciona como uma espécie de espelho da realidade brasileira”.

Em sua análise, segundo Francelino, Cacá Diegues salienta que parte das elites brasileiras se volta contra os sucessos do cinema nacional como se, “sempre com a cabeça muito longe daqui, tivesse receio do seu reflexo, ojeriza ao ver na tela o país que tanto lhes desgosta”.

Para o senador, esse reflexo na tela é de fundamental importância para o país, porque o cinema, assim como a literatura, a pintura, a música, o teatro, a arquitetura, é uma forma de narrativa, “e nenhuma sociedade pode existir sem suas histórias”.

Segundo o senador, o cinema naci-



O presidente da subcomissão, José Fogaça, e o relator Francelino, para quem o cinema nacional é como um “espelho da realidade brasileira”

onal tem sua própria estética e narrativa, distintas das de outros países, e que não devem nada às cinematografias estrangeiras. Para ele, defender tal estética e desenvolver esta narrativa, com sua potencialidade universal, é o grande desafio do país.

Francelino convidou todos os parlamentares para participarem das

reuniões da Subcomissão do Cinema e discutirem o cinema no Brasil afirmando que o acompanhamento da crise brasileira, “pela ótica mais concentrada do cinema nacional, é uma experiência verdadeiramente interessante”.

A próxima reunião da subcomissão se realizará na quinta-feira.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Tai chi chuan
7h30 — *Especial Unip* — Câncer de mama
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — A senadora Luzia Toledo fala sobre o Dia Internacional do Idoso
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
13h30 — *Consulta Marcada* — A ginecologista Rosaly Rulli Costa fala sobre o diagnóstico e o tratamento do

climatério e da menopausa
14h30 — Sessão Plenária (representação)
19h30 — *Especial* — Guerra do Contestado
20h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
20h30 — *Entrevista* — A senadora Luzia Toledo fala sobre o Dia Internacional do Idoso
21h — *Jornal do Senado*
21h25 — *Senado em Pauta*
21h30 — *Consulta Marcada* — A ginecologista Rosaly Rulli Costa fala sobre o diagnóstico e o tratamento do climatério e da menopausa
22h30 — *Síntese*
23h30 — *Filme* — *Descobrimos do Brasil* (1937, direção de Humberto Mauro e música de Villa Lobos)

Antonio Carlos lança Constituição baiana em braile na feira do livro de Salvador

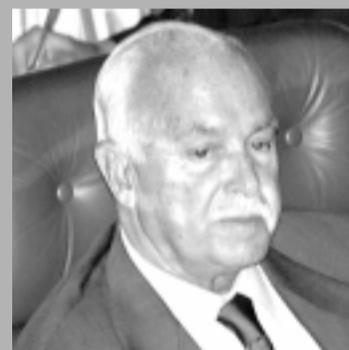
A III Feira Internacional do Livro da Bahia, considerada a terceira maior do Brasil pelos organizadores, recebe hoje, às 18h, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que vai lançar CDs e livros com o selo do Conselho Editorial do Senado para o público baiano. Na ocasião, juntamente com os senadores do estado, Paulo Souto e Djalma Bessa (ambos do PFL), Antonio Carlos entregará ao governador da Bahia, César Borges, o primeiro exemplar da Constituição baiana em braile, editada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Em seguida, no estande do Senado, apresentará os CDs do segundo volume da coleção *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro* e do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, de Rubem Borba de Moraes e William Berrien, além do livro *Bibliografia Básica do Legislador*. O público também irá receber a segunda edição do livro *Dados Biográficos*

Senado já editou três obras para deficientes visuais

Com a versão em braile da Constituição do estado da Bahia, os deficientes visuais baianos ganham uma nova chance de ampliar seus direitos de cidadão. Publicada em dois volumes, a versão em braile reproduz o texto original, fornecido pela Assembléia Legislativa da Bahia.

Há cerca de um ano, o Senado Federal começou a editar livros impres-



Antonio Carlos Magalhães também apresentará os CDs e várias publicações recentes do Senado *dos Senadores da Bahia*, atualizado especialmente para a feira baiana.

Essa edição da feira do livro homenageia os 150 anos de nascimento de Rui Barbosa, que foi senador da República por 22 anos. A atividade literária do político baiano foi intensa, levando-o a ser o sucessor da cadeira de Machado de Assis na Academia Brasileira de Le-

tras, instituição que presidiu em 1919.

A feira, aberta na terça-feira, e o estande do Senado têm recebido expressivo número de visitantes. Os primeiros dias do evento foram reservados à visitação de alunos das escolas da região, que receberam marcadores de livros e a cartilha *Jovem Cidadão*, distribuídos gratuitamente pelo pessoal do Senado. As crianças e professores também reuniram-se no espaço da Casa para assistir à TV Senado e a um vídeo institucional sobre as atividades da Casa.

A coordenação do Senado na feira entende que a participação no evento, além da função de divulgar as atividades dos senadores e mostrar ao público que o acesso ao Legislativo é aberto, tem um alto valor social e de exercício da cidadania. A diretora da Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, Simone Vieira, relata que os visitantes da feira mostram grande interesse pelas publicações do Senado.

com os olhos. Nesse caso, resta a leitura pelo tato, como no caso do braile.

A primeira cópia da Constituição baiana em braile será entregue às 18 horas pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao governador do estado, César Borges. O evento, que contará com a presença dos outros dois senadores da Bahia, Paulo Souto e Djalma Bessa, será realizado no Auditório Rui Barbosa do Centro de Convenções de Salvador.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Emilia registra os 164 anos da Revolução Farroupilha

Os 164 anos da Revolução Farroupilha foram lembrados ontem pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS). Ela destacou que o movimento foi um marco na história e na formação da sociedade do Rio Grande do Sul e lembrou que a revolução, que teve início em 20 de setembro de 1835, durou cerca de dez anos e mobilizou aproximadamente 20 mil homens e mulheres.



Emilia Fernandes destacou papel exercido por Anita Garibaldi

Emilia Fernandes destacou o importante papel de Anita Garibaldi na Revolução Farroupilha, afirmando que, "movida pela coragem e pela convicção política, Anita deixou sua marca na história gaúcha e brasileira, transformando-se em uma das personagens mais apaixonantes da história do país".

Depois de fazer um breve relato da vida de Anita Garibaldi, "mãe, esposa e guerreira", Emilia Fernandes acentuou que causas nobres como a Revolução Farroupilha extrapolam questões de regiões, fronteiras e países, "afirmando

um perfil particular de homens e mulheres".

— Ter orgulho de ser rio-grandense, defender nosso estado com veemência, valorizar nossa gente e divulgar nossa cultura é o nosso jeito de expressar o profundo compromisso que temos com o Brasil e com o conjunto do nosso povo — disse Emilia Fernandes, para depois afirmar que, estimulado pelo

espírito farrapo, o Rio Grande do Sul construiu um estado moderno e desenvolvido.

Emilia Fernandes destacou, ainda, a decisiva participação da mulher no tradicionalismo rio-grandense surgido entre 1947 e 1948, "que se afirma a cada ano como forma de resistência à massificação e à vulgarização da cultura". A seu ver, o tradicionalista consciente é aquele que faz das virtudes herdadas dos seus ancestrais o seu ponto de honra.

Tião Viana quer garantir assistência pré-natal pelo SUS

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou projeto que visa assegurar às mulheres gestantes, através do Sistema Único de Saúde (SUS), a assistência pré-natal e a realização obrigatória de exames complementares para a detecção dos vírus HIV (Aids), da hepatite, sífilis e toxoplasmose. A proposta, encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, aguarda parecer do relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Os exames complementares, segundo a proposta, deverão ser solicitados pelo médico-assistente e, quando detectada qualquer doença passível de transmissão da gestante ao feto, o tratamento será instituído em tempo hábil, durante a gestação e no período perinatal. Além disso, a gestante poderá realizar exames pré-natais em qualquer instituição privada, que será posteriormente ressarcida pelo SUS.

Ao justificar a matéria, Tião Viana disse que é preocupante o avanço das doenças infecto-contagiosas em todo o país, notadamente a hepatite B. Segundo o senador, embora não haja dados e estatísticas disponíveis, estima-se que de 8% a 19% da população da Amazônia brasileira seja portadora do vírus. Ele argu-

mentou que nos EUA os centros de controle de doenças e a Academia Americana de Pediatria recomendam que sejam vacinados todos os recém-nascidos, as crianças e os adolescentes sexualmente ativos, entre outros, acrescentando que, apesar de as pessoas já infectadas não se beneficiarem da vacinação, "os recém-natos de mães portadoras do vírus podem ser protegidos se vacinados nas 12 primeiras horas de vida".

Com relação à Aids, Tião Viana lembra que a infecção perinatal — que ocorre antes ou depois do parto — é, atualmente, a principal via de contaminação na população infantil. Estima-se que de 15% a 40% das crianças nascidas de mães soropositivas para o HIV tornam-se infectadas na gestação, durante o trabalho de parto, no parto ou através da amamentação. Segundo estudos recentes, informa, o uso do AZT na gestação reduz em

70% a transmissão do vírus ao feto.

O senador considera "claramente inteligível" a preocupação de regulamentar a assistência pré-natal no país, "por ser esse período um momento privilegiado em que podemos abordar a mãe e o conceito, utilizando os conhecimentos e técnicas atuais disponíveis".



Tião Viana propõe exame obrigatório para detecção do vírus HIV

Ney Suassuna pede socorro do governo federal à Paraíba

Ao traçar comparação com o Timor Leste, o senador adverte que o estado vive situação semelhante de genocídio sem a mesma repercussão

"Não sei até quando vamos agüentar" — o desabafo é do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que pediu ontem socorro ao governo federal para que a Paraíba possa enfrentar um quadro de extrema dificuldade financeira, agravado pela seca que já dura três anos. O senador ressaltou que o estado — cuja economia tem como base a agropecuária — já perdeu 76% de sua agricultura, quase 72% de sua pecuária e ainda está recebendo 17% a menos do FPE (Fundo de Participação dos Estados).

Embora reconheça a legitimidade e apóie as preocupações dos senadores e da sociedade brasileira em relação aos problemas enfrentados pelo Timor Leste, Suassuna advertiu que o Nordeste está vivendo situação semelhante de genocídio e quase ninguém toca no assunto.

— São famílias inteiras que se despedaçam. São pais de família que abrem a porta de sua casa pela manhã, olham para o campo calcinado, procuram água, não encontram, não existe mais o gado, não têm alimentação para oferecer a seus filhos. Não têm dinheiro sequer para pegar um ônibus. E quando vão até a



Ney Suassuna lamentou que a Paraíba já tenha perdido 76% de sua agricultura com a seca

prefeitura de sua cidade recebem no máximo uma passagem para migrar para o Sul — lamentou Suassuna.

Lembrando que os paraibanos sentem solitários numa hora em que toda a nação conhece a crise vivida pelo estado, mas não partilha a busca de soluções, o senador disse que permanece o impasse em relação à greve dos policiais, que estão acampados em frente à sede do governo estadual. Segundo Suassuna, o estado terá que desembolsar mensalmente R\$ 1,6 milhão a mais se os policiais aceitarem a pro-

posta de reajuste salarial feita pelo governador. O reajuste reivindicado pelos grevistas acarretaria um gasto mensal de quase R\$ 2,5 milhões.

A Paraíba está com as contas e os salários do funcionalismo em dia, não obstante enorme sacrifício que implicou redução de gastos inclusive com pessoal, afirmou Suassuna, ao destacar que o estado não tem mais de onde tirar recursos para melhorar o salário dos policiais e atender necessidades básicas da população. "Espero que a Paraíba não continue com o gosto amargo da solidão na boca", observou.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) manifestou, em aparte, solidariedade ao povo paraibano, considerando inadmissível que parte da população não tenha nem mesmo água para beber. Lúdio disse acreditar que os problemas brasileiros só serão resolvidos com a reformulação do comportamento da administração pública de modo geral, para que o Estado se equilibre gastando menos do que arrecada. Ele destacou que a reforma proposta para o Judiciário representa uma pequena parte do que o país necessita.

Nabor Júnior defende ex-governador citado na CPI do Narcotráfico

O ex-senador Flaviano Melo, citado no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que investiga o narcotráfico, foi defendido na sessão de ontem pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Para Nabor, as notícias de prisão preventiva do ex-senador e ex-governador do Acre foram feitas de forma criminosa, maldosa e irresponsável.

Segundo o senador, a página 77 do relatório da CPI informa que as denúncias contra Flaviano Melo foram feitas pelo delegado de polícia Aedmar Frota Gonçalves aos procuradores da República Luiz Francisco Sousa e Cláudio Valentim. Nabor Júnior criticou o fato de a CPI conferir competência a procuradores para colher depoimentos sem a presença dos parlamentares e depois utilizar esses depoimentos em seu relatório.

No depoimento, o delegado afirmou que o então governador Flaviano Melo teria feito concessões e cedido cargos ao então tenente-coronel Hildebran-

do Pascoal, que teve seu mandato de deputado federal cassado na quarta-feira. A "delirante inconseqüência" do denunciante, para Nabor Júnior, é evidenciada quando disse que a amizade entre o ex-senador e o ex-deputado começou depois que este promoveu um atentado a bomba na casa do primeiro, pondo em risco sua vida e a de seus familiares. Atemorizado, Flaviano teria passado a proteger o terrorista.

O parlamentar enfatizou que o depoimento não foi prestado perante a CPI, mas a um procurador "com notórias ligações com o Partido dos Trabalhadores".

Destacou também que o acusador, tendo ingressado na Polícia Civil do Acre em novembro de 1994, não era portanto delegado à época em que Flaviano Melo era governador, entre os anos de 1987 e 1990.

— E, depois, uma pergunta: se ele efetivamente sabia de tudo, por que não cumpriu a obrigação de apurar os fatos, nos cinco anos como delegado de polícia? — acrescentou Nabor Júnior, lembrando que o policial denunciou outras duas centenas de pessoas, incluindo desembargadores, ex-secretários de Estado, juízes, policiais, prefeitos e vereadores.

O senador afirmou ter imediatamente telefonado à deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), sub-relatora da CPI, a quem teriam sido atribuídas as denúncias contra o ex-governador. Ela afirmou ter certeza de que Flaviano Melo nada tinha a ver com as denúncias.

Nabor Júnior também leu em plenário a carta em que o ex-senador pede ao presidente da CPI, deputado Magno Malta (PTB-ES), uma apuração, com toda a profundidade, das denúncias que qualificou de "afirmações absurdas". Em tempora-

da de estudos em Nova York, Flaviano Melo afirmou ser "o maior interessado em que tudo seja integralmente esclarecido, porque as acusações são delirantes, mal-intencionadas e só podem servir a interesses espúrios de adversários".



Nabor Júnior leu carta em que Flaviano Melo pede apuração de denúncias